



**EXMO. SR. DR. JUIZ DE DIREITO DA 1ª VARA CÍVEL DA COMARCA DE SERRA TALHADA/PE**

**Processo: 00019926220198173370**

**SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S.A**, previamente qualificada nos autos do processo em epígrafe, neste ato, representada por seus advogados que esta subscrevem, nos autos da **AÇÃO DE COBRANÇA DE SEGURO DPVAT**, que lhe promove **MARCOS ANTONIO RODRIGUES DE SOUZA**, em trâmite perante este Douto Juízo e Respectivo Cartório, vem, mui respeitosamente, à presença de V. Exa., informar para ao final requerer o que segue:

**DO CHAMAMENTO DO FEITO A ORDEM**

Alega o autor em sua peça vestibular que foi vítima de acidente automobilístico na data de **15/05/2016**, restando permanentemente inválida.

Assim sendo, ingressou com pedido administrativo pleiteando a indenização do seguro obrigatório, este sendo NEGADO em razão da ausência de sequelas verificada.

**QUESTÃO PREJUDICIAL DE MÉRITO**  
**SEGURO DE RESPONSABILIDADE CIVIL OBRIGATÓRIO**

**- PRESCRIÇÃO DA PRETENSÃO -**

Inicialmente, a ré, vem informar ao atento juízo que foi realizada pedido administrativo referente ao sinistro noticiado nesses autos.

Referido processo administrativo **COMPROVA QUE NEGATIVA OCORREU EM 08.11.2016.**

Assim, o autor, **teria que ter ajuizado a presente ação até o dia 28.08.2019**, isso levando em consideração a data da conclusão do processo administrativo supracitado. Assim sendo, temos que a presente demanda só foi ajuizada em 20.09.2019, desta forma, prescreveu a pretensão autoral em **24.07.2015**

IMPORTANTE CONSIGNAR QUE TAL PROCEDIMENTO É ABSOLUTAMENTE LEGAL, HAJA VISTA QUE DECORRE DA PRÓPRIA LEI QUE O PAGAMENTO DA INDENIZAÇÃO DO SEGURO DPVAT SOMENTE É CABÍVEL QUANDO RESTAR CONFIGURADO A INVALIDEZ PERMANENTE, MORTE OU REEMBOLSO POR DESPESAS MÉDICAS.

Sendo assim, é notório que a data do fato gerador da pretensão autoral se dá, inicialmente, com a data do sinistro.

Entretanto, considerando o requerimento administrativo houve a suspensão do prazo prescricional.

Da mesma forma, com a resposta positiva ou não desse processo administrativo, o prazo prescricional **TEM O MARCO INICIAL RETOMADO** a partir de então.

Assim, no caso em comento, tem-se que o direito de ação pretendido pela parte autora está **IRREMEDIAMENTE PRESCRITA**, conforme restará cristalinamente demonstrado adiante.

Importante ressaltar o conceito de prescrição, segundo brilhante entendimento de **CLOVIS BEVILAQUA**<sup>[1]</sup>, senão vejamos:

***“(...) é a perda da ação atribuída a um direito e de toda a sua capacidade defensiva em consequência do não uso dela, durante um determinado espaço de tempo.”***

Trata-se, no caso em tela, da chamada “*prescrição extintiva*”, donde se depreende que o não uso do direito no tempo previsto, acarreta sua perda.

Desta forma, verifica-se que “*a prescrição não fere o direito em si mesmo, mas a pretensão à reparação*”<sup>[2]</sup>. Corrobora com os fundamentos expostos a **Súmula nº 405 do Egrégio Superior Tribunal de Justiça**, *in verbis*:

**SÚMULA N. 405-STJ.** A ação de cobrança do seguro obrigatório (DPVAT) **prescreve em três anos**. Rel. Min. Fernando Gonçalves, em 28/10/2009.

Ainda, o **artigo 206, § 3º, IX, do atual Código Civil**, estabelece a ocorrência da prescrição da pretensão do beneficiário contra o segurador, e a do terceiro prejudicado, no prazo de 03 (três) anos, senão vejamos:

***“Art. 206 Prescreve:***

***§ 3º Em 3 (três) anos:***

***IX - a pretensão do beneficiário contra o segurador, e a do terceiro prejudicado, no caso do seguro de responsabilidade civil obrigatório.”***

Por sua vez, o *dies a quo* da contagem do lapso prescricional, **quanto aos demais seguros**, é o da ciência do fato gerador da pretensão, ou seja, da data em que o postulante toma conhecimento do sinistro, a luz do artigo 206, § 1º, inciso II, alínea “b”.

O seguro de responsabilidade civil obrigatório insere-se na expressão “*quanto aos demais seguros*”, pois a lei só dedica regra específica para o seguro de responsabilidade civil facultativo (não obrigatório), força do artigo 206, § 1º, inciso II, alínea “a”.

Embora essas regras estejam alocadas no § 1º do artigo 206, é perfeitamente válido considerá-las extensivas às demais situações fáticas, no que concerne ao termo inicial da contagem do prazo prescricional, observada, naturalmente a Súmula 229 do Superior Tribunal de Justiça.

Dispõe a citada Súmula 229 do Superior Tribunal de Justiça:

***“STJ Súmula n.º 229 - 08/09/1999 - DJ 20.10.1999***

***Pedido do Pagamento de Indenização à Seguradora - Suspensão do Prazo de Prescrição***

[1] BEVILACQUA, Clovis. Código Civil dos Estados Unidos do Brasil, Volume I, ed. histórica, 7º tiragem, Rio de Janeiro, Editora Rio, 1984.

[2] DENSA, Roberta. Direito do Consumidor, 3ª Edição, Editora Atlas, p. 79.

Rua São José, 90, 8º andar, Centro, Rio de Janeiro/RJ – CEP: 20010-020

www.joaobarbosaadvass.com.br

*O pedido do pagamento de indenização à seguradora suspende o prazo de prescrição até que o segurado tenha ciência da decisão.”*

Muito significativo também anotar que o artigo 189 do atual Código, sem similar no anterior, dispõe:

***“Violado o direito, nasce para o titular a pretensão, a qual se extingue, pela prescrição, nos prazos a que alude os artigos 205 e 206.” (g.f.)***

No caso específico dos autos, o fato gerador da pretensão ocorreu na data do pagamento administrativo

Considerando que a ação foi ajuizada em período superior a 03 (Três) anos, **o direito postulatório está IRREMEDIAMENTE PRESCRITO**.

**Pelo exposto, a Ré requer seja extinto o feito com julgamento do mérito, com fulcro no art. 487, inciso II do Código de Processo Civil c/c 206, § 3º, inciso IX do Código Civil, por absolutamente prescrita a pretensão autoral.**

A pretensão esposada na inicial não merece prosperar, visto que sua argumentação afigura-se totalmente contrária à orientação jurisprudencial traçada pelo Superior Tribunal de Justiça, bem como preceitua a legislação vigente sobre o DPVAT. É o que se demonstrará em seguida.

Nestes Termos,  
Pede Deferimento,

SERRA TALHADA, 11 de outubro de 2019.

**ANTONIO YVES CORDEIRO DE MELO JUNIOR**  
**30225 - OAB/PE**